



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA

PROCESSO Nº: SEDUC-PRC-2021/04176

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE - GARÇA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COLABORAÇÃO - EXERCÍCIO 2020

PARECER CONCLUSIVO

Prestação de contas do exercício 2020

A presente prestação de contas do Termo de Colaboração celebrado entre a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE - Garça, objetivando a transferência de recursos financeiros para atendimento de educandos que necessitam de apoio permanente-persvasivo com DI ou TEA, foi analisada segundo os critérios contidos nas Instruções nº 01/2020 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – publicadas no Diário Oficial do Estado de 22/09/2020.

I – A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;

A localização e o regular funcionamento da instituição beneficiária estão comprovados no artigo 2º do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA - SP (vide folha nº 295).

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA-SP

Art. 2º - A Apae de Garça é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na **Rua Tapajós, nº 213**, bairro cascata, e foro no município de Garça, estado São Paulo.

Sua finalidade estatutária está discriminada no artigo 9º, e seu objeto está discriminado no artigo 3º, ambos do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA - SP (vide folhas nºs 295 e 296).

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA-SP

Art. 3º - A Apae de Garça tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 9º - São os seguintes os fins desta APAE, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

- I) Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 542 - CEP: 17.509-020 - MARÍLIA - SP
TELEFONE: (14) 3402-8279 / FAX: (14) 3402-8232 / E-MAIL: demar@educacao.sp.gov.br



SEDUCDCI202150451A



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA

- II) Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
- III) Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- IV) Oferecer serviços na área de saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

II – Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como os rendimentos financeiros auferidos;

Relação dos repasses concedidos						
Nºs Notas de Empenho	Fonte de Recursos	Data	Valor (R\$)	Nºs Ordens Bancárias	Datas	Valores (R\$)
2020NE00003	005003002	01/01/2020	R\$ 140.727,90	2020OB04633	30/01/2020	R\$ 35.181,97
				2020OB15040	16/03/2020	R\$ 35.181,97
				2020OB40577	26/06/2020	R\$ 35.181,97
				2020OB56904	28/09/2019	R\$ 35.181,99
			R\$ 140.727,90			R\$ 140.727,90

Mês Referência	Valor
Janeiro/2020	R\$ 0,00
Fevereiro/2020	R\$ 22,80
Março/2020	R\$ 23,34
Abril/2020	R\$ 16,13
Maio/2020	R\$ 4,49
Junho/2020	R\$ 10,73
Julho/2020	R\$ 12,76
Agosto/2020	R\$ 3,29
Setembro/2020	R\$ 1,06
Outubro/2020	R\$ 4,04
Novembro/2020	R\$ 0,60
Dezembro/2020	R\$ 1,45
TOTAL	R\$ 100,69

AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 542 - CEP: 17.509-020 - MARÍLIA - SP
 TELEFONE: (14) 3402-8279 / FAX: (14) 3402-8232 / E-MAIL: demar@educacao.sp.gov.br



Assinado com senha por MARIANA ORDONHO RIVABENE BETARELLE - 25/02/2021 às 17:25:59 e ANA LUIZA BERNARDO GUIMARAES - 26/02/2021 às 09:15:26.
 Documento Nº: 14271088-3720 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=14271088-3720>



SEDUCDCI202150451A



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA

III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

A prestação de contas compreende o período de 01/01/2020 a 31/12/2020 conforme CLÁUSULA QUARTA – Da Vigência do 3º Aditamento ao Termo de Colaboração. Recebemos a prestação de contas do ente beneficiário em 14/01/2021.

Não houve sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.

IV – Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;

O Plano de Trabalho previa a aplicação de **R\$ 140.272,90** com o repasse estadual (mínimo 80% - Pessoal Área Pedagógica e máximo 20% - Despesas Administrativas) e houve saldo de aplicação financeira no valor de **R\$ 100,69**.

Conforme ANEXO RP-10, o município aplicou no objeto do convênio: **R\$ 140.828,59**, sendo R\$ 123.052,76 com Pessoal Área Pedagógica e R\$ 17.775,83 com Despesas Administrativas.

V – A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para a utilização em exercício subsequente;

Não houve devolução de glosas, saldos e nem autorização formal para a utilização em exercícios subsequentes.

VI – Se as atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

As atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas e estabelecidas no Plano de Trabalho, bem como os resultados alcançados, conforme Relatório Anual de Atividades Desenvolvidas (vide folhas nºs 49 a 51).

VII – O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

As cláusulas pactuadas em conformidade com: a Lei nº 13.019/2014, a qual estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; o Decreto nº 62.294/2016, que autorizou a Secretaria da Educação a representar o Estado; e a Resolução SE 26/2017, a qual o Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação delegou aos Dirigentes Regionais de Ensino a assinatura e as

AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 542 - CEP: 17.509-020 - MARÍLIA - SP
TELEFONE: (14) 3402-8279 / FAX: (14) 3402-8232 / E-MAIL: demar@educacao.sp.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA

prorrogações dos referidos instrumentos, foram cumpridas durante a vigência do Convênio.

VIII – A disponibilização, pela entidade do terceiro setor, dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, atestada pelo contador da beneficiária;

O contador da beneficiária atestou a disponibilização dos documentos comprobatórios dos gastos efetuados com os recursos da parceria e sua devida contabilização, conforme Certidão de folha 284.

IX- A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Aplicável somente aos casos de repasses públicos a entidades do Primeiro Setor.

X – Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem;

Atestamos que as cópias dos documentos de despesas correspondem aos originais, conforme Declaração de folha nº 04, possuindo a identificação da entidade beneficiária, bem como carimbos com a identificação do tipo de repasse e do órgão repassador a que se referem.

XI – A disponibilização pela entidade do terceiro setor das respectivas certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

Conforme Certidão de folha nº 285, a entidade do terceiro setor atestou a disponibilização das certidões atualizadas acerca da regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas.

XII – O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

A execução do Convênio firmado atendeu aos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público.

AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 542 - CEP: 17.509-020 - MARÍLIA - SP
TELEFONE: (14) 3402-8279 / FAX: (14) 3402-8232 / E-MAIL: demar@educacao.sp.gov.br





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA

XIII – A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público(a) conessor(a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis;

O órgão conessor informa que até a data da elaboração deste parecer não consta funcionamento regular do sistema de controle interno.

XIV – Indicação quanto à realização de visita *in loco* pelo órgão ou entidade público(a) conessor(a), quando houver.

Foram realizados visita *in loco*, acompanhamento via e-mail e aplicativo Google Meet pelo órgão conessor durante a vigência do Termo de Colaboração, conforme Termos de folhas nºs 286 a 294.

Nestes termos, enquanto Analista Administrativo, ATESTO:

I) Que os incisos I a XIV, do artigo 200 das Instruções TCE nº 01/2020, que dizem respeito ao Termo de Colaboração celebrado, foram atendidos;

II) Que os documentos exigidos nos incisos do artigo 149, das mencionadas Instruções TCE nº 01/2020, foram atendidos;

III) Que os gastos realizados no exercício de 2020 foram efetuados de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Colaboração.

Nada mais havendo a atestar em relação à prestação de contas da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais APAE - Garça, processo SEDUC-PRC-2021/04176, submeto à apreciação superior.

Marília, 25 de fevereiro de 2021.

Mariana Ordonho Rivabene Betarelle
Analista administrativo

De acordo.

Ana Luiza Bernardo Guimarães
Dirigente Regional de Ensino

AVENIDA PEDRO DE TOLEDO, 542 - CEP: 17.509-020 - MARÍLIA - SP
TELEFONE: (14) 3402-8279 / FAX: (14) 3402-8232 / E-MAIL: demar@educacao.sp.gov.br

